

ENTREVISTA: MANUEL RUI MONTEIRO ■ EVOCAÇÃO: MESTRE MÁRIO NEVES ■ LITERATURA: AS BOLSAS DA ESCRITA

HA OPERÁRIOS, ARQUITECTOS, ENGENHEIROS, A FAZER CRESCER O METROPOLITANO DE LISBOA. E HOJE TEM UMA FOTOGRAFA, INES GONCALVES, QUE PASSOU SEMANAS A FIO A VER COMO O METRO CRESCE, TODOS OS DIAS, UM BOCADINHO. UM DOCUMENTO PARA O DIA EM QUE O PRESENTE FOR PASSADO

Debaixo de nós há gente a trabalhar



Mário Neves à partida para Moscovo em 1974. A seu lado, a escritora Maria Lamas

Jornalista de sempre, durante 42 anos não largou as redacções. A reportagem da sua vida tê-la em Badajoz, quando foi o primeiro jornalista português a presenciar a tomada da cidade pelas tropas de Franco. Advogado, foi entretanto administrador do Instituto Português de Oncologia, director-geral da AIP, principal impulsor da FIL. Fundou a 2ª série de «A Capital». Foi o primeiro embaixador português na União Soviética. Desde a aposentação, em 82, publicou vários livros, que documentam tanto a sua faceta de funcionário público de excepção, diplomata por natureza e genuíno amigo das letras. Mário Neves, recentemente falecido, é aqui evocado por uma sua familiar, a jornalista Teresa Maia e Carmo. O original deste ensaio foi publicado há dois anos na revista «Grande Reportagem» e é agora recuperado e actualizado. Uma homenagem justa a um mestre

Ensaio

História

de um mestre da vida

TEXTO DE TERESA MAIA E CARMO
FOTOGRAFIAS: ARQUIVO -DN-

«Badajoz, 17 - Vou partir. Quero deixar Badajoz, custe o que custar, o mais depressa possível e com a solene promessa à minha própria consciência de que não mais voltarei aqui.»

Mário Neves manteve esta jura durante 47 anos. Até ser vencido pelo cansaço da insistência de uma equipa de reportagem da Granada Television, a cujos pedidos não dera sequer resposta. Doía-lhe forte ainda a barbárie a que assistira em 1936. Tratava-se agora de reviver a experiência de primeiro jornalista a chegar ao local após o massacre de 4.000 civis pelas forças franquistas, para uma série de seis filmes sobre a guerra civil espanhola. Passou em 83 na RTP, e im-

plicou o visionamento de 1.100 horas de filmes, em arquivos oficiais e particulares em oito países, segundo a investigadora Jenni Pozzi.

Consegue o furo aos 24 anos, estudante de Direito envolvido desde as escaramuças de 1931 no frenesim político que condimentava a época, a acumular com o jornalismo, ainda como biscate. Passou já pela redacção de «O Século» e integra agora a equipa do «Diário de Lisboa», a cobrir o «fait-divers» citadino e a fazer a «arcada», gíria corrente para o serviço de agenda das secções da política, por se desenvolver praticamente no âmbito dos ministérios, centralizados nas arcadas circundantes do Terreiro do Paço.

Desde o início da insurreição franquista, desencadeada a partir do Norte de África em 17 de Julho de 1936, que o «DL» tinha enviado três dos seus mais ex-

perientes repórteres para o local. Norberto Lopes, para Madrid, que nunca alcançou, devido ao corte das comunicações ferroviárias e confiscação do automóvel em que seguia, retendo-o a escassos quilómetros da capital, em Navalmoral de la Mata; Artur Portela, para Talavera de la Reina, onde se estabeleceu o centro de informações da Imprensa portuguesa; e Félix Ribeiro para Sevilha, a acompanhar o exército de África. Entretanto as tropas de Yagüe avançavam com surpreendente rapidez, aproximando-se de Badajoz. Não só para progredir para Madrid, mas também com a evidente intenção de facilitar o apoio encapotado do governo de Lisboa, «e abrir caminho às remessas de abastecimentos que do nosso lado estavam preparadas para seguir para Espanha, com destino aos insurrectos, já então decididamente encorajados pela

voz apaixonada do Major J. Botelho Moniz, nas emissões do Rádio Clube Português» (cf. «A Chacina de Badajoz», 10). E, porque a redacção do jornal era demasiado reduzida para se poder desfalcar de outros elementos de «primeira linha», o jovem é enviado por Pedro Bordallo Pinheiro em decisão inspirada para a fronteira do Caia, a ver o que havia.

Segue nesse mesmo dia (10) e, vencidas as mais que muitas dificuldades no acesso a Badajoz, Mário Neves passa finalmente a fronteira, na noite de 14 para 15. Só aí se apercebe da dimensão da tragédia que presenciara a segura distância: o fumo que via erguer-se em espessas colunas não era mera consequência dos bombardeamentos, mas o despojo torpe da incineração em massa dos 4 mil mortos, que fizeram o mais sangrento dos muitos massacres daquela guerra. O silêncio que intermediava o canhoneio, era índice mais lúgubre do que suspeitava: o medo instalava-se nos sobreviventes, que abandonavam cadáveres insepultos pelas ruas. O boato de que a praça de touros estaria a servir de palco a fuzilamentos sumários, confirmou-o com horror, que dava à praça «um aspecto macabro de teatro anatómico» (cf. op. cit., 34).

As reportagens que enviava telefonicamente eram lidas com avidez por um país em expectativa, claramente dividido em dois sentidos, apoiantes dos sublevados e partidários de Salazar, e os que torciam pelo triunfo da legalidade republicana. Nesses primeiros tempos de incerteza da sorte das armas, Lisboa fervia em grupos de rua e mesas de café, a interpretar as informações desencontradas, que a censura matizava com prudente habilidade. O último texto, integralmente cortado, já não é publicado.

Mário Neves consolidou aqui um lugar de relevo na profissão, que vinha confirmar um profissionalismo fora do comum num principiante, e uma inovação que inaugurara na «arcada». Para se furtar ao oficialismo reinante do Gabinete de Imprensa, «frequentava diariamente o pessoal dos gabinetes, interrogava os contínuos, percorria as antecâmaras e conseguia assim obter noticiário diferente nas conversas que mantinha nos corredores, em que recolhia muitas vezes novidades frescas e material para pequenas entrevistas», conta Norberto Lopes confirmará, em artigo de opinião no «DN» (85), a propósito da publicação em livro desta reportagem: «Salazar, que iniciava cautelosamente a sua grande caminhada, foi muitas vezes interpelado pelo jovem repórter à saída dos Conselhos de Ministros, e não deixava de achar graça ao atrevimento do jornalista que se lhe dirigia por forma inesperada e com uma irreverência a que o ditador não estava acostumado».

Esta era uma vocação fortemente inspirada no pai, Hermano Neves, prematuramente desaparecido aos 44 anos, acontecimento que marcará Mário para sempre, pela dor e pelo exemplo. Hermano Neves, o introdutor da grande reportagem como género no jornalismo português, republicano dos quatro costados, notabilizara-se entre outras coisas pela cobertura inflamada do 5 de Outubro, pelas aventuras no interior das cinco colónias portuguesas que palmilhou, as viagens rigorosamente pioneiras em balão e submersível. Publicava-as n.º «O Século», «O Mundo», mas sobretudo n.º «A Capital», de Manuel Guimarães, onde ganhou verdadeiramente as esporas de ouro. Democrata indefectível, teve vários títulos publicados, de cariz marcadamente político e de um humor radical («Pst!», «A Vitória», «A Guerra Civil», «Como Triunfou a República», «Fora da Lei»). Aquando da sua morte, Mário tinha 17 anos, veneração e uma saudade sem lenitivo pela sua memória, além de uma necessidade muito prática de ganhar a vida.

A verdade é que nascera nos jornais. Na Bica, onde veio ao mundo em 1912, a dois passos de todas as redacções e tipografias, começou por frequentá-las ao colo de seu pai, vedeta da época. Recorda com facilidade os dias da meninice em que João Franco, velho empregado da Brasileira, «de ditos sempre oportunos, servia os cafés «radioactivos» aos circunstantes em animada cavaqueira», enquanto lhe trazia invariavelmente um inofensivo capilé. Tanto é que o seu primeiro título é publicado tinha o menino três anos. «A Vida de Affonso Costa», biografia que o pai assinara com o pseudónimo... Mário Neves. Chamemos-lhe destino, marcado a traço firme.

É, no entanto, muito cedo que publica pela primeira vez. Aos 20 anos, e não por acaso, «Três Dias



As reportagens que enviava telefonicamente eram lidas com avidez por um país em expectativa, claramente dividido em dois sentidos, apoiantes dos sublevados e partidários de Salazar, e os que torciam pelo triunfo da legalidade republicana

em Olivença», textos a que o pai pensara dar forma de livro, e o tempo se encarregou de fazê-lo já como homenagem. Entretanto, em 1932, o professor Francisco Gentil, reputadíssimo médico e investigador, convida-o para a administração do Instituto Português de Oncologia, acabado de fundar, onde Mário Neves teve um papel importante como impulsor da fundação da Escola Técnica de Enfermeiras (hoje, Escola Superior de Enfermagem). Em 41, volta à estampa com uma biografia de Roosevelt, integrada na colecção «Os Homens da Guerra», da Parceria A. M. Pereira. Aos 33 anos, funda com José Ribeiro dos Santos, a revista «Ver e Crer», subtitulada «cada assunto vale um livro», um mensário de grande informação e «título muito respeitado na imprensa da altura», como refere F. Assis Pacheco.

Em 48 inicia um percurso que determinará grande parte do seu futuro, jornalístico e político. Abandona o IPO e entra para a Associação Industrial Portuguesa, sediada na Avenida da Liberdade, onde está hoje a Tranquilidade. Primeiro, como Chefe dos Serviços de Propaganda Económica e, após a criação do cargo de director-geral, em 69, como seu primeiro titular, até 1972.

A ideia de fazer uma feira industrial surgiu no fim da Guerra. Obrigada a desenvolver a sua malha indus-

trial em virtude do conflito mundial, Portugal tinha desenvolvido ao longo dos anos 40 uma capacidade produtiva interessante. «E se nós nós não nos trássemos ao país que os industriais tiveram um papel importantíssimo nisto? Assim nasceu a feira», recorda mais tarde Mário Neves, preso do mesmo entusiasmo.

O problema era o local. Aproveitando os pavilhões utilizados pela Exposição de Portugal em 1941, e que estavam ainda nos Jerónimos, a primeira Feira das Indústrias Portuguesas (FIP) foi montada em apenas três meses, e foi um êxito. O próprio Presidente do Conselho de Ministros visitou o evento e, como relembra Neves, «ficou deslumbrado com o que viu». Estava garantido o apoio de Salazar para os certames seguintes. «O êxito foi tão grande que tivemos de continuar», conta, «depois, fomos convidados para fazer feiras noutros lugares, como Angola (54), Moçambique (56) e até em Goa (52)». Tratava-se agora de a institucionalizar. «Havia ali uns terrenos muito feios, até para a cidade, e eu explorei um pouco isso», admite. Em 59, a Feira mudava-se para a Junqueira. Através de contactos que tinha com Paris, Neves conseguiu que fosse visitada por autoridades estrangeiras e reconhecida como feira internacional. «Foi logo no primeiro ano, a título excepcional, porque eles só admitiam que as feiras ascendessem a internacionais



depois de dois ou três anos». Passa então a comissário-geral da FIP - edificada com um projecto de Keil do Amaral, seu grande amigo - tendo sido ainda comissário adjunto da representação portuguesa na Exposição Universal de Bruxelas, em 58. É aqui que estabelece profundos contactos cosmopolitas, em particular nos países socialistas, aonde se deslocou em inúmeras missões, na qualidade de presidente da UFI (União das Feiras Internacionais). Lastro que em breve lhe viria a ser precioso.

Nunca abandonando a actividade jornalística, Mário Neves tem tempo para marcar uma formada de jornalistas em começo de carreira de forma indelével. Ainda no «Diário de Lisboa», com Norberto Lopes como director mas onde «na prática era ele que dirigia», como afirmam unanimemente Joaquim Letria, José Carlos de Vasconcelos e Fernando Assis Pacheco, acabados de chegar à profissão, curiosamente todos pela mesma «mão».

Letria não hesita em afirmar: «devo-lhe tudo. Se não tem sido ele, a minha vida teria sido completamente diferente. Foi também a única pessoa a quem pedi emprego na vida». É que o caso estava bicudo. O jovem estava com 18 anos, já com um ano chumbado, e preparava-se para entrar nos 19 e reincidir. Por via do envolvimento político, fervoroso como pede a idade, no PC e na Pró-Associação dos Liceus, onde conhece Maria Emília, «utópica ingénua» como se define a filha de Mário Neves, olhando daqui. Quando soube de tal paternidade, deita contas à vida, ele que sempre quis ser jornalista. De qualquer modo só tinha duas opções, ou a «República» ou o «DL», únicos órgãos assumidamente oposicionistas. «Só o conhecia de circunstância,

como pai da minha amiga, quando ele condescendia em fazer vista grossa às nossas reuniões estudantis, no jardim da sua casa no Estoril». Meteu a cumha, mas teve de calcorrear os caminhos do jornal durante um mês, diariamente, obtendo a clássica resposta da reunião. «Lá cheguei à fala com ele, que me pergunta: você quer um emprego ou quer ser jornalista? Se quer um emprego, arranjo-lho na FIL. Se quer ser jornalista, aviso já que não é fácil». Letria recusou o «emprego» (onde ganharia «quatro contos, uma fortuna!») e entrou para o «DL» como estagiário, por um conto e 500 e sem garantias. A excepção de uma saída com «v» na ponta para a Associated Press, ficou 13 anos.

José Carlos de Vasconcelos, que reconhece ser «de uma fase em que se entrava para o jornalismo por cumhas ou familiares», recorda que nem uma nem outra lhe aconteceram: «entrei pela mão do Mário Neves». Em 65, estava no último ano de Direito em Coimbra e irremediavelmente envolvido com os jornalismo (era chefe de redacção da «Vértice» e da «Via Latina», duas revistas históricas), naufragou uma traineira na Póvoa. Foi lá, de moto próprio, fez três reportagens e resolveu enviá-las para o «DL». «Quando regressei a Coimbra tinha um recado do Mário Neves, mostrando-se interessado em falar comigo». Convidou-o, com a reserva de o estudante terminar o estágio e, no dia 1 de Abril desse ano, entrava para aquela redacção. Alguns anos mais tarde, na qualidade de director de edições da Projornal, viria a editar «A Chacina de Badajoz», a célebre reportagem de juventude do «mestre».

Com Fernando Assis Pacheco, o caso era mais delicado. Conhecem-se também em 65. «Havia uma vaga para aprendiz no 'DL', eu vinha de dois anos em Angola, e queria trabalhar. Entrei da pior maneira», reflecte. Assis tinha a particularidade de ser genro do presidente do Conselho de Administração, Ruela Ramos, e cunhado do secretário do dito conselho. «Eu tinha quase um rólulo: tratar com cuidado», ri-se. «Prometi-me ser exemplar e o Mário Neves percebi que também. Ele era, de resto um homem de rigor, não ia em fitas». Colidiram uma única vez, em que F.A.P. não gostou de ser repreendido em frente à redacção, como naquela era corrente, «aliás, bem merecidamente. Num dia em que as comportas do céu se abriram, sai em reportagem para uma cheia no bairro do Charquinho, trouxe uma história pobre e escrevi-a ainda mais pobre... ele deu-me na cabeça...», recorda. E, em resumo, nunca mais se esqueceu do que é um amanuense.

Tal como J.C.V. não pode esquecer «a única coisa que alguém lhe ensinou concretamente sobre jornalismo: que as legendas não levam ponto final». Nem Letria aquela vez em que foi destacado para cobrir o assalto da LUAR na Figueira da Foz, enquanto Carlos Machado tentava acompanhar o momento em que Humberto Delgado se apagava, numa curva de Vila Nova del Fresno. «Ele sabia que nada daquilo ia sair. Mas, no jornal, era o único que tinha a preocupação de trabalhar para um arquivo do futuro. 'A obrigação deles é cortar, a nossa é informar', disse-me». E no quotidiano intenso de um jornal que vive das 8h às 13h, a máquina começa a imprimir à uma, imprevisivelmente, e não pode haver notícias repetidas dos matutinos, parece ser perene a imagem de Mário Neves, à secretária desde as sete e tal, a almoçar na redacção a comida trazida por uma senhora que «servia para fora». Nenhum destes homens lhe regateia a generosidade da primeira oportunidade, a verticalidade de carácter e a ternura, ainda que «sabendo manter as distâncias», que tinha nas relações humanas. Com jornalistas, secretárias, tipógrafos.

Por desavenças com a administração, sai com Norberto Lopes, a fazer outro diário. É a 2.ª série de «A Capital», saudoso título onde seu pai tão alto brilhara, e estamos em 68. É o trauma na jovem redacção que fica para trás, tanto porque os «mantiveram na ignorância» (J.L.), «ficámos só os putos, e aquilo era uma tribo que deixava saudades» (F.A.P.) ou porque «agora era quase contra a 'Capital' que fazíamos o 'DL'» (J.C.V.). Em 70, abandona o jornalismo, mais oficial que oficiosamente, «porque entretanto os bancos começaram a comprar a Imprensa», assevera Mário Neves. Como as coisas mudam pouco.

Sempre foi um democrata, declaradamentepositor ao regime e, todavia, sem filiação política conhecida. O que lhe dava, diga-se, «uma aura de mistério», como diz J.L., que inevitavelmente adquiria certo charme junto da

A verdade é que nasceu nos jornais. Na Bica, onde veio ao mundo em 1912, a dois passos de todas as redacções e tipografias, começou por frequentá-las ao colo de seu pai, vedeta da época

politicada juventude inquieta. Em 1974, é nomeado embaixador na União Soviética, Estado cujas relações estavam cortadas com Portugal desde a Revolução de Outubro. Desde Batalha Reis, ao serviço no tempo dos czars, portanto. A sua experiência internacional da FIL, e o contacto prolongado com os países de Leste, pesaram evidentemente na escolha. Tem pela frente um delicadíssimo trabalho, político e logístico, pois que se tratava de erguer uma posição positivamente a partir do zero. Foi bem sucedido, numa altura em que Lisboa aquecia a olhos vistos, e as reacções foram as melhores. Posteriormente, tornou-se, por inerência, também embaixador português na Mongólia e Coreia do Norte. Dessa experiência, saiu «Missão em Moscovo», de leitura deliciosa, que Baptista-Bastos qualifica como «uma excelente peça jornalística». As «gaffes» de Soares, as gargalhadas de Gromyko ou a ironia matreira de Brejnev, contadas com o picante da crónica.

Quando regressa é convidado para o V Governo Constitucional, de Maria de Lurdes Pintasilgo e, em 79, aceita a pasta da Emigração, durante o período fugaz em que (também) aquele executivo durou. Antes da aposentação, em 82, preside ainda à Comissão do Livro Branco do MNE.

Neste entretém, nunca deixa de publicar. «O Clínico e o Doente», separata do Livro de Homenagem ao prof. Fernando Fonseca (65), «Esboço de um Perfil de Maria Llamas» (74), «Camões, Eterno Embaixador de uma Pátria pelo Mundo em Pedacos Repartida» (80), «Dez Anos de Política Externa» (80), «A Chacina de Badajoz» (85), traduzido para o espanhol, «Missão em Moscovo» (86), com tradução russa e, finalmente, «José Rodrigues Miguéis, Vida e Obra» (90), onde revela um interessantíssimo espólio de correspondência inédita com o escritor. Pois se eram amigos. Como foi de tantos outros grandes da cena literária portuguesa, como Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Álvaro Salema (que coordenava o importantíssimo suplemento literário do «DL», «sinal exterior de riqueza intelectual», diz F.A.P.), Mário Sacramento, o artista plástico Carlos Botelho... até ao fundo imenso de uma história deste tamanho.

Ao fim da tarde, «caíam todos na redacção», conta Letria, «cultivavam-se essas tertúlias, só para saber o que havia».

Ultimamente, era decerto com esses que mais convivía. Continuava a morar na mesma rua do centro de Lisboa, onde conhecia cada vez mais de cor os ruidos do soalho, as arestas dóceis da casa grande, acolhedora, a abarrotar de história(s). No último Natal, este de 98, comoveu-se como sempre por rever toda a família. E nós que não sabíamos que eram os últimos dias, é sempre assim. Mas, apesar da crescente debilidade física dos 86 anos, ao ouvi-lo com atenção, conseguia-se despi-lo da maldade dos anos e vê-lo como sempre foi: vivíssimo, imprevisível e secreto. ■